



## 1.18 • Conjuntura Internacional

### Taiwan e as relações com a China

Jorge Tavares da Silva

A DIVISÃO POLÍTICA entre a República Popular da China (RPC) e a República da China (RC), vulgarmente conhecido pelo diferendo entre China e Taiwan, tem quase setenta anos de duração.

A RPC considera a ilha de Taiwan parte integrante do seu território, sendo portanto inegociável uma possível separação da mesma. Segundo o governo chinês só existe “uma China”, sob a governação de um só governo, liderado pelo Partido Comunista chinês (PCC). Não reconhece o governo taiwanês e procura isolar internacionalmente a ilha. A existência de duas entidades políticas diferentes inviabiliza uma solução de integração a curto prazo. Um dos requisitos apresentados pelos governos taiwaneses para uma integração mais efetiva entre as duas partes é a necessidade de a China continental poder encetar por um processo de democratização. Esta questão é de natureza essencialmente política, prevendo-se a perpetuação de um estado de impasse, pese embora os esforços de cooperação dos últimos anos.

#### **‘Duas Chinas’ entre uma janela semi-aberta e semi-fechada**

Em 2016, com a chegada ao poder de Tsai Ing-wen, pelo Partido Democrático Progressista (PDP), em Taiwan, ficam em aberto novos desafios no relacionamento entre as ‘duas Chinas’. A alternância de poder desafia a capacidade das duas partes procurarem a manutenção de um bom clima de entendimento. Os líderes chineses têm procurado sinais de boa vontade na cooperação e entendimento por parte da nova líder taiwanesa. O PDP é um partido que desde o início da década de 1990 tem o claro objetivo de criar a República de Taiwan, com uma forte propensão para a independência da ilha. A liderança de Chen Shui-bian entre 2000-2008 foi neste sentido, tendo conduzido a uma crispação das relações entre Pequim e Taipé. O PDP recusou-se a afirmar a existência de “uma só China”, que permitiria abrir um caminho de cooperação com vista à unificação/reunificação.

Chen seguiu pela vida dos discursos inflamados, defendendo políticas controversas como o recurso à energia nuclear, a eliminação de imagens de figuras históricas do partido do *Kuomintang* (KMT) em edifícios públicos, a abolição do Plano de Unificação Nacional e a tentativa de realização de um referendo sobre um possível acesso de Taiwan à ONU.

O tradicional partido do KMT acabaria por recuperar o poder em 2008, sob a liderança de Ma Ying Jeou, introduzindo uma nova dinâmica de abertura e cooperação com a RPC.

Sem deixar de apontar o princípio dos *três não*: *não* à independência, *não* à unificação e *não* ao

uso da força, Ma criou as condições para o alcance de um conjunto de acordos e iniciativas conjuntas. Destacam-se a abertura de ligações de transportes aéreos e marítimos diretos entre a ilha e a China continental; redução da competição internacional pelo isolamento diplomático da RC; o restabelecimento dos contactos através dos organismos informais da Associação para as Relações Através do Estreito de Taiwan (em inglês ARATS) e a Fundação para os Intercâmbios no Estreito (em inglês SEF); a intensificação dos fluxos sociais, culturais e comerciais; mais de duas dezenas de acordos e memorandos de entendimento; encontros entre líderes dos dois governos.

“  
Os líderes chineses têm procurado sinais de boa vontade na cooperação e entendimento por parte da nova líder taiwanesa.”

Um dos momentos marcantes deste novo clima de cooperação foi alcançado com o encontro entre Ma Ying Jeou e o Presidente Xi Jinping, no Shangri-La Hotel em Singapura, em novembro de 2015. As duas partes consolidaram o Consenso de 1992, assente na aceitação conjunta da existência de “uma só China” alcançada naquele ano nos contactos informais entre comitivas dos dois lados. Tendo o encontro decorrido em fase de campanha eleitoral em Taiwan, a iniciativa ganhou enorme expressão política, e foi fortemente criticada pelos partidos da oposição.

A intensificação da cooperação entre o KMT em Taiwan e o Partido Comunista Chinês (PCC) na RPC, não foi do agrado de parte substancial da população mais jovem, afetada por elevados níveis de desemprego ou por situações laborais precárias. Reclamam que a abertura comercial com a China continental tem prejudicado a economia nacional, particularmente o emprego jovem, sendo uma ameaça à democracia e autonomia da ilha. Um acordo comercial em 2014, que permitia às empresas chinesas investir nas indústrias taiwanesas, espoletou o que ficou conhecido como o Movimento Girassol. Um grupo de estudantes ocupou o Legislativo Yuan (o Parlamento taiwanês) durante vinte e quatro dias, tendo o fenómeno um enorme impacto na opinião pública taiwanesa. Ma prosseguiu a sua política de cooperação com a China, mas foi, pouco-a-pouco, perdendo apoio do eleitorado. Também o encontro Xi-Ma em Singapura não seria suficiente

para as tendências de voto na ilha e Tsai Ing-Wen acabaria por ganhar as eleições presidenciais em janeiro de 2016. O encontro não produziu os resultados esperados e os acordos anteriores não se refletiram numa melhoria das condições de vida, conduzindo a uma clara penalização nas eleições.

#### **O PDP recupera o poder e os novos desafios políticos**

O início de 2016 fica marcado em Taiwan pelo regresso do PDP ao poder, depois de um período de governação de oito anos de Ma Ying-jeou.

Tsai Ing-wen é a primeira mulher a ser eleita presidente de Taiwan. As eleições presidenciais ditaram uma escolha de 56% dos eleitores no PDP, encabeçado por Tsai Ing-wen, contra 31% de Eric Chu do KMT, prometendo trazer uma nova era política para Taiwan.

O discurso de Tsai foi sempre no sentido da defesa da soberania e independência oficial de Taiwan em relação à China, embora o exercício do poder obrigue a alguma contenção. Ainda está presente na memória do PDP o período conturbado de Chen Shui-bian, que conduziu à derrota do partido em 2008, agravado com o envolvimento do anterior Presidente em casos de corrupção. Neste sentido, o tema das relações bilaterais foi evitado durante a campanha, por ser uma matéria sensível. O discurso oficial no rescaldo das eleições apontou para a defesa do sistema democrático, a proteção e respeito da identidade e integridade nacional, salientando que “qualquer forma de violação afetará as relações entre os dois lados do estreito”.

A manutenção do *status quo* tem sido um dos pontos mais vinculados da nova Presidente da ilha, assente na aceitação do princípio do Consenso de 1992, embora a interpretação do mesmo possa ser ambivalente. Independentemente de ambas as partes aceitarem a existência de “uma só China”, importa saber a qual se referem. Tsai permanece evasiva na identificação explícita dos territórios a que se refere o princípio.

Um dos grandes desafios de Tai passa pela recuperação da economia da ilha, fortemente condicionado pelas relações com a China continental. A ilha tem registado crescimentos na ordem dos 2% ao ano, relativamente modestos face aos outros *tigres asiáticos*; o desemprego chegou aos 3.94% em janeiro de 2016, tendo estado na base do descontentamento do Movimento dos Girassóis.

Os baixos salários em Taiwan fomentam a saída de muitos taiwaneses para trabalhar na China continental (Pequim e Xangai). Em 2009, o governo anterior do KMT procurou resolver este problema de imigração massiva com a aplicação da Política de 22K. Esta consistia na abertura de uma linha de apoio às empresas que contratassem no-

vos licenciados por um salário mensal de 22.000 dólares de Taiwan (cerca de 604 euros). A medida acabou por não surtir os efeitos esperados, mantendo-se a preocupação sobre a excessiva e crescente dependência da ilha face à China continental, representando o mercado cerca de 40% das suas exportações.

A diversificação da atividade económica por outros parceiros é uma das preocupações do governo da ilha. Este é um fator que mais tem contribuído para que Taiwan tenha interesse no desenvolvimento do acordo de comércio livre conhecido por Parceria Transpacífico (em inglês

### TAIWAN OU A REPÚBLICA DA CHINA NO MUNDO

A Resolução 2758 da Organização das Nações Unidas de 25 de outubro de 1971 reconheceu a República Popular da China como a única representante da China na ONU.

A República da China é reconhecida por vinte e dois países e, em território europeu, pela Santa Sé. Porém, na Europa tem Gabinetes de Ligação, com modelos consulares que permitem contactos diplomáticos e representações comerciais com\*:

- Alemanha (Berlim, Hamburgo e Munique)
- Áustria (Viena)
- Cidade do Vaticano
- Dinamarca (Copenhaga)
- Espanha (Madrid)
- Finlândia (Helsínquia)
- França (Paris)
- Grécia (Atenas)
- Holanda (Haia)
- Irlanda (Dublin)
- Itália (Roma)
- Noruega (Oslo)
- Portugal (Lisboa)
- Reino Unido (Londres e Edimburgo)
- Suécia (Estocolmo)
- Suíça (Genebra)

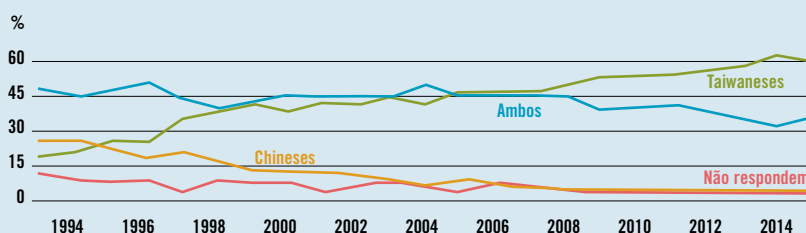
Fonte: World Embassy Page, disponível em <https://embassy-finder.com/taiwan-embassies>.

### QUATRO TIGRES ASIÁTICOS

O epíteto de Tigres Asiáticos adveio das elevadas taxas de crescimento e rápida industrialização. Segundo o *Índice de Desenvolvimento Humano* (2015) ocupavam as seguintes posições:

- Singapura – 11º
- Hong-Kong – 12º
- Coreia do Sul – 17º
- Taiwan – não é mencionado.

Fonte: Síntese: Relatório do Desenvolvimento Humano 2015: O trabalho como motor do desenvolvimento humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), disponível em [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15\\_overview\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf).



Proporção de pessoas em Taiwan que se identificam como...

Fonte: Albert, E. (2016). *China-Taiwan Relations*. Council of Foreign Relations, disponível em <http://www.cfr.org/china/china-taiwan-relations/p9223>.

TPP), o que poderia beneficiar do acesso ao mercado americano e assim reduzir a sua dependência face à China.

Também os empresários taiwaneses que têm empresas na China têm passado por algumas dificuldades, sofrendo os efeitos de um crescente nacionalismo e protecionismo continental, motivado pela crise financeira de 2015. As políticas de apoio do Estado estão focadas nas empresas estatais, estando políticas chinesas de apoio ao investimento taiwanês em segundo plano e vistas com maior desconfiança. Muitos homens de negócio de Taiwan já não se sentem motivados a vir votar na ilha nos partidos pró-China como fizeram no passado. As empresas de Taiwan, como criadoras de 'comunidades de ligação' no estreito de Taiwan, são agora menos relevantes. A crise económica e financeira e a reentrada do PDP no poder em Taiwan parecem consolidar uma era mais morna no relacionamento entre Pequim e Taipé.

### O novo quadro de segurança no Estreito de Taiwan

O contexto de segurança no estreito de Taiwan está dependente da evolução política no país. A alternância de poder na ilha para o PDP está a provocar um clima de maior incerteza para as relações bilaterais continuando Pequim com mais de mil mísseis apontados a Taiwan de forma a conter qualquer tentativa de independência por parte do governo insular.

A par do novo contexto político e diplomático, a modernização militar e naval das duas forças militares é um facto. Em 2015, a Rand Corporation produziu um relatório olhando para um potencial conflito entre a China e os Estados Unidos tendo como cenário a *Questão de Taiwan*.

O relatório adverte os EUA para as enormes dificuldades que teriam de passar face ao potencial militar chinês. Em 2015 as Forças Armadas da República da China aumentaram o seu orçamento militar de 10,5 para 10,7 mil milhões de dólares. No mesmo ano o Presidente Xi Jinping anunciou que o Exército Popular de Libertação (PLA) será reorganizado e reduzido para 300 000 efetivos. No entanto, o orçamento militar chinês, o segundo maior do mundo, que ronda os 141 mil milhões, tem um relação de 13-1 com Taiwan em termos de orçamento militar. Sendo indiscutível esta disparidade, a ilha tem desenvolvido nos últimos anos táticas reativas a um possível ataque chinês.

Pequim mantém um considerável nível de desconfiança em relação ao futuro das relações com Taiwan. Mal foi conhecido o resultado das elei-

ções de janeiro de 2016 em Taiwan, o nome da nova presidente foi bloqueado na internet chinesa, pois o novo contexto é menos favorável aos interesses de Pequim.

As duas partes estão no início de um processo gradual de construção de confiança mútua que ainda está dependente dos sinais oferecidos por Tsai para Pequim. A não correspondência das novas políticas insulares com os objetivos de Pequim serão objeto de sanções políticas e económicas, numa manifestação de desconforto do PCC face ao PDP, maior do que se fosse ao KMT.

Desde o início de 2016 que Pequim tem encetado um conjunto de sinais no sentido de pressionar o governo da ilha a manter o *status quo* anterior, incluindo-se a pressão para a aceitação dos princípios do Consenso de 1992 por parte do PDP. Por exemplo, o convite de maio de 2016 da Organização Mundial de Saúde (OMS) para Taiwan participar como observador na Assembleia Mundial de Saúde (em inglês WHA), tem incluído um alerta para o respeito à Resolução da ONU 2758, assente no princípio de "uma só China".

Este convite, que chega no primeiro semestre de governação de Tsai, parece servir para que o governo da ilha se sinta pressionado a reconhecer o Consenso de 1992. A posição de Tsai em relação ao Consenso ainda não é clara e Pequim teme um regresso do governo da ilha aos discursos independentistas.

A estes pequenos sinais de pressão indireta, teme-se um agudizar relativo das relações bilaterais. O abrandamento dos diálogos oficiais, a redução de turistas chineses a visitar Taiwan e a pressão diplomática internacional para isolar a ilha estão entre as medidas a tomar.

Desde 2008, com a melhoria das relações proporcionada pela governação de Ma Ying-jeou, a China e Taiwan tinham estabelecido uma espécie de pacto de não concorrência. Enquanto Taipei não fez esforços para aderir a instituições internacionais que exigissem o estatuto de Estado-membro Pequim deixou de fazer a sua política de pressão para que países estrangeiros deixem de reconhecer a República da China. A verdade é que em março de 2016 já a Gambia retirava o reconhecimento a Taiwan indiciando uma alteração das circunstâncias anteriores, no seguimento das eleições presidenciais. ■

### Referências

- Heginbotham, E. (Ed.) (2015). *The U.S.-China military scorecard: forces, geography, and the evolving balance of power, 1996-2017*. Santa Monica, RAND Corporation, disponível em [http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research\\_reports/RR300/RR392/RAND\\_RR392.pdf](http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR300/RR392/RAND_RR392.pdf).
- Smeltz, D. S. & Kafura, C. (2014). *Americans Affirm Ties to Allies in Asia*. The Chicago Council of Global Affairs, disponível em <http://www.thechicagocouncil.org/publication/americans-affirm-ties-allies-asia>.
- Cole, J. M. (2015). *Black Island: two years of activism in Taiwan*. Verlag: CreateSpace Independent Publishing Platform.
- Yi-Wen Yu, Ko-Chia Yu and Tse-Chun Lin (2016), "Political Economy of Cross Strait Relations: is Beijing's patronage policy on Taiwanese business sustainable?" *Journal of Contemporary China*, 372-388, disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/10670564.2015.1104871?needAccess=true>.